

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL  
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COE** 001 / 2023  
Compras.gov.br – UASG 974200 / Peticionamento WEB Caesb

<b>OBJETO:</b>  Contratação de uma agência de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas, produtos e/ou serviços ou instituições ou de informar o público em geral.  Processo: 00092-00018037/2023-38 PRESIDÊNCIA – PR	<b>SESSÃO DE ABERTURA:</b>  <u>08</u> / <u>11</u> / <u>2023</u> , às <u>09</u> h* * Horário de Brasília / DF  <b>VALOR:</b> R\$ 12.000.000,00  <b>JULGAMENTO:</b> Melhor combinação de técnica e preço  <b>MODO DE DISPUTA:</b> Fechado
---	---

Forma de Contratação	CONTRATO
Recursos Financeiros	Próprios da Caesb

Regime	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
Participação de Consórcio	NÃO
Subcontratação	NÃO
Qualificação Técnica	SIM. Ver item 11.7 do Edital
Fase Recursal	ÚNICA. Após habilitação da licitante e declaração de vencedor

Sorteio* para escolha dos membros da SUBCOMISSÃO TÉCNICA * Itens 4.4 a 4.12 do Edital	Será divulgado aviso no DODF com data e hora de realização da sessão pública
--	--

ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES	Até <u>31</u> / <u>10</u> / <u>2023</u> para <a href="mailto:licitacoesespeciais@caesb.df.gov.br">licitacoesespeciais@caesb.df.gov.br</a>
-------------------------------	--

29082023-TRV-edital.padrão

## ORIENTAÇÕES sobre a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

A leitura deste “resumo” não dispensa a leitura integral do Edital, seus anexos e legislação pertinente.

Os principais procedimentos e alterações a serem observadas pelos licitantes, neste processo, são:

Período de Publicação* * Artigo 60 do RILC	45 (quarenta e cinco) dias úteis
Sistemas	Pregão / Concorrência - Compras.gov.br Petitionamento WEB Caesb
Modo de Disputa	FECHADO, sem etapa de envio de lances
Inversão de Fases	Primeiro ocorrerá a abertura e julgamento das propostas técnicas e propostas de preços e, posteriormente, avaliação da documentação de habilitação somente da licitante mais bem classificada ou, caso inabilitada, na ordem subsequente de classificação
SUBCOMISSÃO TÉCNICA	Conforme os itens 4.4 a 4.12 do Edital. A sessão pública de sorteio dos membros será virtual (gravada) e ocorrerá por meio de um evento ao vivo do aplicativo Microsoft Teams. O <i>link</i> para participação dos interessados será disponibilizado em aviso a ser publicado no DODF

## Índice

<b><u>1</u></b>	<b><u>OBJETO</u></b>	<b><u>5</u></b>
<b><u>2</u></b>	<b><u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u></b>	<b><u>6</u></b>
<b><u>3</u></b>	<b><u>VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO</u></b>	<b><u>10</u></b>
<b><u>4</u></b>	<b><u>COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E SUBCOMISSÃO TÉCNICA</u></b>	<b><u>10</u></b>
<b><u>5</u></b>	<b><u>CREDENCIAMENTO NOS SISTEMAS ELETRÔNICOS</u></b>	<b><u>11</u></b>
<b><u>6</u></b>	<b><u>FORMALIZAÇÃO / CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS</u></b>	<b><u>12</u></b>
<b><u>7</u></b>	<b><u>SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA</u></b>	<b><u>13</u></b>
<b><u>8</u></b>	<b><u>PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA</u></b>	<b><u>14</u></b>
<b><u>9</u></b>	<b><u>PROPOSTA TÉCNICA (ARQUIVOS 1, 2 E 3)</u></b>	<b><u>17</u></b>
<b><u>10</u></b>	<b><u>PROPOSTA DE PREÇOS (ARQUIVO 4)</u></b>	<b><u>27</u></b>
<b><u>11</u></b>	<b><u>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ARQUIVO 5)</u></b>	<b><u>27</u></b>
<b><u>12</u></b>	<b><u>RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u></b>	<b><u>30</u></b>
<b><u>13</u></b>	<b><u>CONTRATO</u></b>	<b><u>39</u></b>
<b><u>14</u></b>	<b><u>GARANTIA</u></b>	<b><u>41</u></b>
<b><u>15</u></b>	<b><u>FATURAMENTO / PAGAMENTO</u></b>	<b><u>43</u></b>
<b><u>16</u></b>	<b><u>REAJUSTAMENTO DE PREÇOS</u></b>	<b><u>43</u></b>
<b><u>17</u></b>	<b><u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u></b>	<b><u>43</u></b>
<b><u>18</u></b>	<b><u>DISPOSIÇÕES FINAIS</u></b>	<b><u>47</u></b>
	<b><u>ANEXO I - MODELO 01 – CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES</u></b>	<b><u>50</u></b>
	<b><u>ANEXO II - MODELO 02 – CARTA PROPOSTA DE PREÇOS</u></b>	<b><u>52</u></b>
	<b><u>ANEXO III - DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE</u></b>	<b><u>54</u></b>
	<b><u>ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE EQUIDADE SALARIAL</u></b>	<b><u>55</u></b>
	<b><u>ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO</u></b>	<b><u>56</u></b>
	<b><u>ANEXO VI - MANUAL DO MÓDULO PETICIONAMENTO WEB CAESB</u></b>	<b><u>57</u></b>
	<b><u>ANEXO VII - ARQUIVO PADRÃO (PARA UPLOAD) PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS</u></b>	<b><u>58</u></b>

Siglas constantes deste Edital:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
BDI	Bonificação por Despesas Indiretas
BRB	Banco de Brasília S/A
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEL	Comissão Especial de Licitação
CEP	Código de Endereçamento Postal
CGC/MF	Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda
CGDF	Controladoria Geral do Distrito Federal
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CO	Concorrência
COE	Concorrência Eletrônica
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRC	Certificado de Registro Cadastral
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DC	Diretoria Financeira e Comercial
DER/DF	Departamento de Estradas de Rodagem do DF
DE	Diretoria de Engenharia
DF	Distrito Federal
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
DP	Diretoria de Operação e Manutenção
DS	Diretoria de Suporte ao Negócio
FCA	Ferrovia Centro Atlântica S/A
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GDF	Governo do Distrito Federal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISS	Imposto Sobre Serviços
ME/EPP	Microempresa / Empresa de Pequeno Porte
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PRL	Assessoria de Licitações
RILC	Regulamento de Licitações e Contratações da Caesb
RT	Responsável Técnico
SICAF	Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TR	Termo de Referência
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

## **1 OBJETO**

- 1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação de uma agência de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas, produtos e/ou serviços ou instituições ou de informar o público em geral.
- 1.1.1 Também integram o objeto, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:
- a) Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução do contrato;
  - b) À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias;
  - c) À produção e à execução técnica das peças e/ou material criados pela agência contratada;
  - d) À contratação dos serviços direcionados ao planejamento, criação, programação e manutenção de páginas eletrônicas da administração pública, ao monitoramento e gestão de suas redes sociais e à otimização de páginas e canais digitais para mecanismos de buscas e produção de mensagens, infográficos, painéis interativos e conteúdo institucional.
- 1.1.1.1 As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea “a” do item 1.1.1 terão a finalidade de:
- 1) Gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da Caesb, o público-alvo e os veículos de comunicação e de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
  - 2) Aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;
  - 3) Possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.
- 1.2 Os serviços previstos no item 1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.
- 1.2.1 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículo de comunicação ou de divulgação.
- 1.3 Para a prestação dos serviços será contratada 1 (uma) agência de propaganda, doravante denominadas agência, licitante, proponente ou contratada.

- 1.3.1 Se, em decorrência das regras do Edital e da legislação aplicável, não restar possível a contratação de 1 (uma) agência, a Caesb, a seu exclusivo juízo, decidirá sobre a conveniência e oportunidade de realizar novo certame para a contratação de nova agência.
- 1.3.2 Os serviços objeto desta concorrência serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010.
- 1.3.3 A agência atuará por ordem e conta da Caesb, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, para a execução das atividades complementares, e de veículos e demais meios de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.
- 1.3.4 A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos.
- 1.3.5 A agência atuará de acordo com solicitação da Caesb.
- 1.3.5.1 A agência contratada deverá emitir, a cada solicitação de material publicitário físico, exemplar para conferência prévia por parte da Caesb, nos moldes das especificações previamente definidas, e somente após a aprovação deste, emitir a tiragem a ser demandada.
- 1.3.6 Os serviços serão prestados com vistas à consecução de ações de publicidade institucional, de utilidade pública, e mercadológica, de interesse da Caesb, sob a coordenação da Contratante.
- 1.3.6.1 As ações de publicidade devem vincular-se a objetivos sociais de interesse público e sempre assumir caráter educativo, informativo, de orientação social ou mercadológico, visando a divulgação de produtos ou serviços da Caesb, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## **2 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 2.1 Do Regimento e Das Condições de Participação.
  - 2.1.1 Esta licitação é regida pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Caesb – RILC (disponível no site <https://www.caesb.df.gov.br>), Lei Federal nº 13.303/2016 e suas alterações, Lei Federal nº 4.680/1965, Lei Federal nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, todas disponíveis no site <http://www.planalto.gov.br>, e demais normas pertinentes.
    - 2.1.1.1 Ainda que não previsto nos dispositivos legais mencionados no subitem 2.1.1, desde que não disponha de forma contrária ou acarrete conflito de normas, versará o Edital sobre questões específicas.
  - 2.1.2 “Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060” (Decreto nº 34.031 de 12/12/2012-GDF). Ainda, manifestações poderão ser formalizadas através da Ouvidoria Geral do Distrito Federal (telefone 162 ou site <https://www.participa.df.gov.br>) e/ou Ouvidoria Caesb (telefone 61 3329-9090 ou site <https://www.caesb.df.gov.br/ouvidoria.html>).

- 2.1.3 Poderá participar da presente licitação qualquer licitante que satisfaça às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 2.1.4 Não será levada em consideração proposta de preços apresentada por consórcio de firmas.
- 2.1.5 A participação na licitação implica, automaticamente, a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste Edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.
- 2.1.6 Será realizada consulta, durante a fase de licitação e antes da contratação, de empresas suspensas ou declaradas inidôneas no Portal de Transparência do Distrito Federal, link Empresas Punidas (<http://www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/empresa-punida>), assim como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>).
- 2.1.7 Está impedida de participar, direta ou indiretamente, desta licitação a pessoa jurídica:
- a) Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
  - b) Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Caesb;
  - c) Suspensa pela Caesb;
  - d) Declarada inidônea ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - e) Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - f) Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - g) Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - h) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - i) Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
  - j) De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;
  - k) De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;
  - l) De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- 2.1.8 Aplica-se a vedação prevista item 2.1.7:
- a) À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - b) A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - 1) Dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
    - 2) Empregado da Caesb cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;



- 3) Autoridade do ente público a que a Caesb está vinculada;
- c) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Caesb há menos de 6 (seis) meses.

- 2.1.9 É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam as alíneas “k” e “l” do item 2.1.7 em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da empresa pública e da sociedade de economia mista interessadas.
- 2.1.9.1 Para fins do disposto no item 2.1.7, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 2.1.9.2 O disposto no item anterior aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela empresa pública e pela sociedade de economia mista no curso da licitação.
- 2.1.9.3 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o item 2.1.3, deste capítulo, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Caesb.
- 2.1.10 A participação na Concorrência Eletrônica dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento das Propostas Técnica e de Preços e Documentos para Habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
- 2.1.11 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 2.1.12 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão também se declarar como tais na sua Proposta de Preços a ser enviada pelo sistema eletrônico. Não o fazendo significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Agente de Licitação, dos benefícios de preferência da Lei Complementar nº 123/2006 aplicáveis ao presente certame.
- 2.2 Impugnações e esclarecimentos.
- 2.2.1 O instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º dia útil anterior à data fixada para a realização do certame.
- 2.2.2 A Caesb deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.
- 2.2.3 Na hipótese de a Caesb não decidir a impugnação até a data fixada para a sessão pública, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para realização do certame com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.
- 2.2.4 Compete à autoridade signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.



- 2.2.5 Se a impugnação for julgada procedente, serão adotadas as seguintes medidas:
- 1 Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;
  - 2 Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:
    - a) Republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame; e
    - b) Comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.
- 2.2.6 Se a impugnação for julgada improcedente, a Caesb comunicará a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.
- 2.2.7 A impugnação poderá ser apresentada pelo endereço eletrônico [licitacoesespeciais@caesb.df.gov.br](mailto:licitacoesespeciais@caesb.df.gov.br), desde que seja apresentada por:
- a) Empresa, assinada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).
  - b) Pessoa física e conter nome completo, CPF, endereço e telefones atualizados.
- 2.2.8 Decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer até o prazo disposto no item 2.2.1, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 2.2.9 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 2.2.10 Até o 5º dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação exclusivamente pelo endereço eletrônico [licitacoesespeciais@caesb.df.gov.br](mailto:licitacoesespeciais@caesb.df.gov.br)
- 2.2.11 A licitante não deve utilizar, em eventual pedido de esclarecimento, termos que possam propiciar, quando do julgamento da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária (Arquivo nº 1), a identificação da sua Proposta perante a Comissão Especial de Licitação – CEL.
- 2.2.12 As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados por e-mail e no site [www.caesb.df.gov.br](http://www.caesb.df.gov.br) e passarão a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.
- 2.3 Prazos, idioma, datas e referências de tempo.
- 2.3.1 Todos os prazos informados no presente Edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.
- 2.3.2 Toda documentação apresentada à presente licitação, incluindo a proposta e seus anexos, deverá ser regida em português.
- 2.3.3 Caso nas datas previstas para realização dos eventos da presente licitação não haja expediente na Caesb, não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos, independentemente de comunicação às interessadas.

- 2.3.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e o horário comercial da Caesb – de 8h às 12h e de 13h30 às 17h30 e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.
- 2.4 Impostos.
- 2.4.1 Toda e qualquer isenção de impostos incidentes sobre os materiais e equipamentos, reverterão em favor da Caesb.
- 2.4.2 Quanto ao ICMS, nas operações interestaduais será observado o artigo 155, §2º, inciso VII e alínea “b” do inciso VIII, todos da Constituição Federal, tendo em vista o fato de a Caesb não ser contribuinte do ICMS, com cadastro fiscal no Distrito Federal, sob o nº CF/DF 07324667/001-67.
- 2.5 Todo e qualquer ônus causado pela contratada referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação desses direitos, suas consequências e efeitos jurídicos, são de sua responsabilidade.

### **3 VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**

- 3.1 O valor estimado para a execução do objeto é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).
- 3.2 As despesas serão executadas de acordo com o previsto nos itens 1.3.5 e 1.3.6 deste Edital, tendo como referência o Plano Anual de Publicidade da Caesb, observado rigorosamente o valor global da contratação.
- 3.3 Se a Caesb optar pela prorrogação do contrato que vier a ser assinado, nos próximos exercícios serão consignadas em seu orçamento as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.
- 3.4 A Caesb se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

### **4 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

- 4.1 Esta licitação será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.
- 4.2 As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, composta por 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas.
- 4.3 Um (1) dos membros da Subcomissão não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Caesb.
- 4.4 A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, 9 (nove) integrantes, pelo menos 3 (três) deles sem nenhum vínculo contratual, direto ou indireto, com a Caesb, todos previamente cadastrados pela CEL.
- 4.5 A relação dos nomes referidos no item 4.4 será publicada pela CEL no Diário Oficial do Distrito Federal, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

- 4.6 O sorteio será processado pela CEL de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com a Caesb, nos termos dos itens 4.3 e 4.4.
- 4.7 A relação prevista no item 4.4 deste Edital deverá conter, separadamente, os nomes dos que mantenham e os dos que não mantenham vínculo com a Caesb.
- 4.8 Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o item 4.4, mediante a apresentação à CEL de justificativa para a exclusão.
- 4.9 Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.
- 4.10 A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste capítulo 4.
- 4.11 Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido no item 4.4.
- 4.12 A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previstos no item 4.5 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.
- 4.13 Os sorteados para integrarem a Subcomissão Técnica, que trata o item 4.2, prestarão compromisso formal, antes de sua nomeação, atestando que cumprem as exigências editalícias para a função.

## 5 CREDENCIAMENTO NOS SISTEMAS ELETRÔNICOS

- 5.1 As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, ou seja, no **Compras.gov.br** (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia (SLTI), bem como no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 5.2 As licitantes ou seus representantes legais deverão também estar previamente credenciados junto ao sistema de **Peticionamento Web, disponível no site da Caesb**. No *link* para cadastro constarão todas as informações necessárias.
- <https://www.caesb.df.gov.br/protocolo-geral-caesb.html>
- 5.3 Os interessados em participar da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal para acesso aos sistemas eletrônicos, obtidas junto à SLTI, bem como no site da Caesb, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.4 O sigilo da senha é de exclusiva responsabilidade do usuário, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

- 5.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto aos sistemas eletrônicos implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica.
- 5.6 Devido à necessidade de identificação pelo Agente de Licitação, as microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 72 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão cadastrar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação.
- 5.6.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte que já estiverem cadastradas e não utilizarem as extensões “ME” ou “EPP”, deverão fazer a retificação de sua razão social antes do envio da Proposta Eletrônica.
- 5.6.2 O descumprimento da lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescentando ao nome cadastrado no sistema eletrônico as extensões “ME” ou “EPP”, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Agente de Licitação, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 aplicáveis à presente licitação.
- 5.6.3 A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva da licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir do enquadramento falso ou errôneo.

## **6 FORMALIZAÇÃO / CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS**

- 6.1 A presente licitação tem por critério de julgamento melhor combinação de técnica e preço. Para efetuar tal julgamento, serão realizadas sessões públicas onde cada licitante deverá entregar suas Propostas, bem como a Documentação de Habilitação, cuja forma está descrita no item 7.
- 6.2 Das Propostas Eletrônicas.
- 6.2.1 A licitante deverá encaminhar suas Propostas Técnica e de Preço, bem como Documentação de Habilitação, exclusivamente por meio dos sistemas eletrônicos (Compras.gov.br e Peticionamento Web Caesb), contendo a descrição do objeto e demais especificidades, conforme definido nos capítulos 9 e 10, e respeitando-se o rito estabelecido no capítulo 8, todos deste Edital.
- 6.2.1.1 Nos preços constantes da Proposta de Preços deverão estar inclusos todos os custos, diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, encargos e custos financeiros, impostos, tarifas, fretes e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias).
- 6.2.2 A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico Compras.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento aos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 6.2.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 6.2.4 A validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura da licitação.
- 6.2.5 As microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006), deverão se declarar como tais, em campo próprio do sistema eletrônico, desde que

não enquadradas nas hipóteses do Parágrafo 4º, do Artigo 3º daquela lei.

- 6.2.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências do Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.
- 6.2.7 Há obrigatoriedade de oferta para totalidade do objeto, sob pena de desclassificação da proposta.
- 6.2.8 A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes do Edital e seus anexos prevalecerão estas.
- 6.2.9 Todas as condições estabelecidas nos anexos serão tacitamente aceitas pelo proponente.

## **7 SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

- 7.1 No dia e horário previstos neste Edital a CEL dará início à sessão pública de abertura da Concorrência Eletrônica – COE.
- 7.2 Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos Arquivos com as Propostas Técnica e de Preço.
- 7.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre a CEL e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico Compras.gov.br
- 7.4 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preço e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.
- 7.5 A CEL poderá, no interesse da Caesb, relevar aspectos puramente formais nos Documentos e Propostas apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta licitação.
- 7.6 A CEL poderá suspender as sessões de abertura das Propostas de Preço e de recebimento e abertura dos Documentos de Habilitação a fim de ter melhores condições de analisar e decidir em cada caso.
- 7.7 Antes do aviso oficial do resultado desta licitação, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.
- 7.9 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica – COE, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 8 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA

- 8.1 **Todas as licitantes interessadas** deverão cadastrar suas propostas no sistema Compras.gov.br, anexando inicialmente, à título de Proposta Técnica, o arquivo disponibilizado como Anexo VII deste Edital, e inserindo o valor total estimado (R\$ 12.000.000,00) previsto neste instrumento convocatório como valor, até a data e hora de abertura do Certame.

### Primeira Sessão

- 8.2 Na sessão de abertura da Concorrência Eletrônica – COE serão recebidas, via sistema Peticionamento WEB Caesb, as Propostas Técnica e de Preços (Arquivos 1, 2, 3 e 4). As Propostas devem estar criptografadas, sendo vedada a sua renomeação posterior ao recebimento.

- 8.2.1 Com auxílio do Manual do Módulo Peticionamento WEB Caesb, anexo VI do Edital, as licitantes participantes, **somente após convocadas no sistema Compras.gov.br pela CEL**, deverão criar um “novo processo”, observando o que segue:

- Tipo do processo: Proposta técnica e preço – Licitação Publicidade;
- Digitar no campo “Assunto:” Proposta técnica e preço;
- Anexar como Documento Principal o arquivo disponibilizado como Anexo VII deste Edital, e na descrição dele inserir “Proposta técnica e preço”;
- Encaminhar como Arquivos anexos os mencionados no item 8.2, na forma definida nos itens 8.4 e 8.6;
- Cada Arquivo anexo poderá ter, no máximo, 300 MB;
- Finalizar o processo e emitir o recibo com o número do Protocolo;
- Encaminhar (Anexar) o recibo supramencionado através do sistema Compras.gov.br.

Observação: uma vez definido o tipo do processo, conforme instruções acima, este será criado na forma sigilosa, e somente os membros da CEL terão acesso aos Arquivos encaminhados, os quais serão gravados em diretório distinto e protegidos contra acessos externos.

- 8.3 **As licitantes participantes** deverão encaminhar, num **prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas** após a convocação da CEL em sessão, os Arquivos mencionados no item 8.2.
- 8.4 A Proposta Técnica deverá ser entregue à CEL acondicionada nos Arquivos 1, 2 e 3, em formato “.zip”, denominados “arquivo1.zip”, “arquivo2.zip” e “arquivo3.zip”, conforme conteúdo especificado no item 9 deste Edital.
- 8.5 O Arquivo 2 deverá estar protegido por senha, de conhecimento exclusivo de cada licitante, a qual será solicitada pela CEL em sessão pública futura, para fins de cotejo com o Arquivo 1.
- 8.6 A Proposta de Preços deverá ser entregue à CEL acondicionada no Arquivo 4, em formato “.zip”, denominado “arquivo4.zip”, conforme conteúdo especificado no item 10 deste Edital.
- 8.7 O Arquivo 4 deverá estar protegido por senha, de conhecimento exclusivo de cada licitante, a qual será solicitada pela CEL em sessão pública futura.



- 8.8 A senha definida para acesso ao Arquivo 4 deverá ser a mesma senha definida para acesso ao Arquivo 2.
- 8.9 A CEL conferirá os Arquivos 1 e 3 (Proposta Técnica não identificada) em suas nomenclaturas e propriedades, em busca de elementos que possam identificar a sua autoria. Neste ato poderá ser solicitada a correção de erros sanáveis, atinentes à forma da Proposta, não sendo permitida a mudança do conteúdo. Caso seja identificada corrupção dos arquivos, será permitida sua substituição sem prejuízo ao andamento do Certame. A CEL não lançará qualquer registro nos documentos que compõem o Arquivo 1.
- 8.9.1 O Arquivo 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Arquivo 1 (Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada) e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Arquivo 2.
- 8.10 A CEL conferirá os Arquivos 2 e 4 (Arquivos identificados) em sua nomenclatura e propriedades de forma a garantir, principalmente, que todos estejam protegidos por senha, permitindo-se a inclusão em caso não esteja presente.
- 8.11 Após o término do prazo mencionado no item 8.3, será desativado, no Peticionamento WEB Caesb, o “Tipo do processo” mencionado no item 8.2.1, alínea a), de modo que nenhum outro documento poderá ser encaminhado.
- 8.12 Ato contínuo, serão adotados os seguintes procedimentos:
- a) Encaminhamento, via Processo Eletrônico sigiloso e organizado de forma aleatória, pela CEL à Subcomissão Técnica, do Arquivo 1, com as vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária;
  - b) Análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital, conforme item 12;
  - c) Elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento das Propostas referentes aos Planos de Comunicação Publicitária, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso e encaminhamento desses documentos à CEL, juntamente com as Propostas;
  - d) Encaminhamento, via Processo Eletrônico sigiloso e organizado de forma aleatória, pela CEL à Subcomissão Técnica, do Arquivo 3, com a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;
  - e) Análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, da Capacidade de Atendimento, do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de acordo com os critérios especificados neste Edital, conforme item 12;
  - f) Elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso e encaminhamento desses documentos à CEL, juntamente com as Propostas;
- 8.13 As planilhas previstas nas alíneas “c” e “f” do item 8.11 conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada subquesto do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de



Comunicação de cada licitante.

- 8.14 Para fins de organização das análises e pontuações, a Subcomissão Técnica deverá elaborar planilha geral, em complemento às planilhas mencionadas nas alíneas “c” e “f” do item 8.11, a qual deverá conter coluna que identifique, por ordem de análise, as Propostas; coluna com a pontuação do Plano de Comunicação Publicitária; coluna com a pontuação referente à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação; e coluna com a nota agregada total referente à Proposta Técnica.

#### Segunda Sessão

- 8.15 Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (Arquivos 1 e 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a CEL convocará as licitantes, através do sistema eletrônico Compras.gov.br, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para participarem da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:
- a) A CEL, mediante comunicação via chat, por ordem alfabética, solicitará à cada licitante que informe a senha para abertura e acesso aos Arquivos 2 e 4;
  - b) Acesso aos arquivos 2 e 4;
  - c) Divulgação dos documentos integrantes do Arquivo 4 no site da Caesb.
- 8.16 Ato contínuo, serão adotados os seguintes procedimentos:
- a) Cotejo das vias não identificadas (Arquivo 1) com as vias identificadas (Arquivo 2) do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;
  - b) Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica;
  - c) Análise do cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de preço e julgamento de acordo com os critérios nele especificados.

#### Terceira Sessão

- 8.17 Após o cotejo mencionado na alínea b) do item 8.10 e análise das Propostas de Preço, a CEL convocará as licitantes, através do sistema eletrônico Compras.gov.br, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para participarem da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica:
- a) Divulgação do resultado do julgamento final das propostas (Propostas Técnica e de Preços), com a indicação da ordem de classificação;
  - b) Convocação da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, que deverá encaminhar, via sistema Compras.gov.br, num **prazo máximo de 03 (três) horas** após a convocação da CEL em sessão, o Arquivo 5, mencionado no capítulo 11 deste Edital, na forma definida no item 11.3, bem como os documentos relativos aos requisitos não compreendidos ou não-válidos no SICAF.
- 8.18 Ato contínuo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) Análise de conformidade dos Documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor.

#### Quarta Sessão

8.19 Após análise dos Documentos de Habilitação, a CEL convocará as licitantes, através do sistema eletrônico Compras.gov.br, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para participarem da quarta sessão pública, com a seguinte pauta básica:

- a) Divulgação do resultado da habilitação;
- b) Convocação da licitante seguinte, nos moldes da alínea b) do item 8.11 deste Edital, se for o caso de a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar restar inabilitada;
- c) Abertura de prazo para registro de intenção de recurso, conforme definido no item 12.36 e subitens deste Edital.

#### Observações

8.20 A CEL poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

8.21 Não serão aceitas outras formas de envio de documentação, além das definidas neste Edital.

8.22 Após transcorrido os prazos definidos nos itens 8.3 e 8.11, alínea b), não será considerado o envio de qualquer documento complementar ou retificador, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência.

8.23 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 8.2 e capítulo 11, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

### 9 PROPOSTA TÉCNICA (ARQUIVOS 1, 2 e 3)

9.1 A Proposta Técnica será composta pelos Arquivos 1, 2 e 3, e deverá ser entregue em formato “.zip”, nos Arquivos denominados “arquivo1.zip”, “arquivo2.zip” e “arquivo3.zip”.

9.2 A licitante deverá apresentar sua Proposta Técnica estruturada de acordo com os quesitos e subquesitos a seguir:

Quesitos	Subquesitos
1. Plano de Comunicação Publicitária	I. Raciocínio Básico
	II. Estratégia de Comunicação Publicitária
	III. Ideia Criativa
	IV. Estratégia de Mídia e Não Mídia
2. Capacidade de Atendimento	
3. Repertório	
4. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	

9.3 A Proposta Técnica será redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

**ARQUIVO 1**  
**Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada**

- 9.4 No Arquivo 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada.
- 9.5 Para preservar – até a abertura do Arquivo 2 – o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, todos os documentos que compõem o Arquivo 1 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria.
- 9.6 O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser composto por Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia.
- 9.7 O Arquivo 1 deve ser nomeado como “00 - Plano de Comunicação Publicitária.pdf”.
- 9.8 Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Publicitária e da relação de exemplos a ser apresentada para atender ao subquesto Ideia Criativa estão limitados, no conjunto, a 8 (oito) páginas, ressalvado que não serão computadas nesse limite, as páginas utilizadas eventualmente apenas para separar os textos desses subquestos.
- 9.9 Os exemplos de peças e/ou material integrantes do subquesto Ideia Criativa serão apresentados separadamente dos documentos de que trata o item 9.8.
- 9.10 Para a apresentação do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, no que tange aos textos mencionados no item 9.8, as licitantes levarão em conta as seguintes orientações:
- a) Documento digital único em formato PDF, com no máximo 8 páginas;
  - b) Capa, contracapa e conteúdo em formato A4 branco, todos em fundo branco;
  - c) Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
  - d) Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, na superior e na inferior, a partir da borda;
  - e) Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
  - f) Espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
  - g) Alinhamento justificado do texto;
  - h) Texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos;
  - i) Numeração de todas as páginas, no canto inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
  - j) Sem quaisquer elementos de identificação do licitante.
- 9.11 As especificações de formatação/identificação listadas no item 9.10 não se aplicam aos exemplos de peças e material de que trata o item 9.9.
- 9.12 Os subquestos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráficos, tabelas ou planilhas, imagens, diagramas, observadas as seguintes regras:
- a) Poderão ser editados em cores;
  - b) Os dados e informações devem ser editados na fonte ‘Arial’, cor preta, tamanho de 08 a 12 pontos;

- c) As páginas em que estiverem inseridos os gráficos e/ou tabelas poderão ser apresentadas na orientação paisagem;
  - d) Não serão computadas no limite de 8 (oito) páginas as tabelas da programação táctica de mídia.
- 9.13 Os gráficos, tabelas e planilhas integrantes do subquestito Estratégia de Mídia e Não Mídia poderão:
- a) Ser editados em cores;
  - b) Ter fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos;
  - c) Ter qualquer tipo de formatação de margem;
  - d) Ser apresentados na orientação paisagem.
- 9.14 Os textos da Estratégia de Mídia e Não Mídia não tem limitação quanto ao número de páginas, mas cabe às licitantes atentar especialmente para o disposto no item 9.5, que trata das regras para garantir o sigilo do Arquivo 1, até a abertura do Arquivo 2.
- 9.15 Para fins desta licitação, consideram-se como Não Mídia os meios que não implicam a compra de espaço e/ou tempo em veículos de comunicação e de divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.
- 9.16 Podem ser utilizadas páginas isoladas com a finalidade de indicar o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e seus subquestitos: Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia.
- 9.17 As páginas mencionadas no item 9.16 devem seguir as especificações estabelecidas para o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, no que couber.
- 9.18 O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, composto dos subquestitos Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia, deverá ser elaborado com base no Briefing (Anexo I do Termo de Referência), observadas as disposições dos itens seguintes.
- 9.19 Raciocínio Básico: apresentação em que a licitante demonstrará sua compreensão sobre a atuação da Caesb em suas ações de comunicação publicitária, o desafio de comunicação e os objetivos de comunicação expressos no Briefing;
- 9.20 Estratégia de Comunicação Publicitária: apresentação pela licitante das linhas gerais da proposta para superar o desafio de comunicação e alcançar os objetivos de comunicação relacionados a esse desafio expressos no Briefing, compreendendo:
- a) Explicitação e defesa do partido temático e do conceito que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução publicitária;
  - b) Explicitação e defesa dos principais pontos da Estratégia de Comunicação Publicitária sugerida, especialmente o que dizer, a quem dizer, como dizer, quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas utilizar.
- 9.21 Ideia criativa: deverá ser apresentado no documento digital único em formato PDF, no formato e especificações listadas para o Plano de Comunicação – Via Não Identificada, observadas as seguintes disposições:
- a) Apresentar relação de todas as peças e/ou material que julgar necessários para a execução da sua proposta de estratégia de comunicação publicitária, como previsto no subitem que trata da Estratégia de Comunicação Publicitária, com

- comentários sobre cada peça e/ou material;
- b) Os comentários mencionados na alínea anterior estão circunscritos à especificação de cada peça e/ou material e à explicitação das funções táticas que se pode esperar de cada peça e/ou material;
- c) Da relação de peças e/ou material apresentados na proposta de estratégia de comunicação publicitária, escolher e apresentar como exemplos as peças e/ou material que julgar mais indicados para corporificar objetivamente sua proposta de solução do desafio de comunicação expresso no Briefing, conforme explicitado na estratégia de comunicação publicitária, observando os limites estabelecidos para este item.
- 9.22 Os exemplos de peças publicitárias estão limitados a 10 (dez), independentemente do meio de divulgação, do seu tipo ou de sua característica.
- 9.23 Se a campanha proposta pela licitante previr número de peças e/ou material superior ao que pode ser apresentado, a relação de peças e/ou material deverá ser elaborada em dois blocos: um para as peças e/ou material apresentados como exemplos e outro para o restante.
- 9.24 Os exemplos deverão ser apresentados em formato digital e poderão ser sob a forma de:
- 1) Roteiro, *layout* ou *storyboard*, para qualquer meio;
  - 2) “Monstro” ou *layout* eletrônico para meio rádio;
  - 3) *storyboard* animado ou *animatic*, para TV, cinema e internet;
  - 4) “Boneca” ou *layout* montado dos materiais de não mídia.
- 9.25 Na elaboração do *animatic* poderão ser inseridas fotos e imagens estáticas, além de trilha, voz de personagens e locução. Não podem ser inseridas imagens em movimento.
- 9.26 Os *storyboards* animados ou *animatics* e os protótipos ou ‘monstros’ deverão ser apresentados em formatos executáveis em computadores pessoais, ressalvado que não serão avaliados sob os critérios geralmente utilizados para peças finalizadas, mas apenas como referência da ideia a ser produzida.
- 9.27 Os protótipos ou ‘monstros’ de peças para a internet poderão ser produzidos em quaisquer dos formatos universais, a exemplo de pdf, jpg, html, mpeg, swf e mov.
- 9.28 Nos ‘monstros’ e nos *layouts* digitais poderão ser inseridos todos os elementos de referência da ação e/ou peça de comunicação digital, como navegabilidade, funcionalidade, imagens em movimento, trilha sonora, voz de personagens e locução.
- 9.29 Os *layouts* de peças para redes sociais e aplicativos não deverão apresentar qualquer nome ou foto de perfis de qualquer rede, apenas marcações de *layout*. A exceção deverá ser apenas em casos de utilização de perfis de influenciadores e/ou personalidades que façam parte da estratégia apresentada pelo licitante.
- 9.30 As peças gráficas poderão ser apresentadas em tamanho real ou reduzido, desde que não haja prejuízo para sua leitura, sem limitação de cores, com ou sem suporte e/ou passe-partout.
- 9.31 Cada peça e/ou material deverá trazer indicação sucinta (exemplos: cartaz, filme TV, spot rádio, anúncio revista, ‘monstro’ internet) destinada a facilitar seu cotejo, pelos

integrantes da Subcomissão Técnica, com a relação comentada.

9.32 Para fins de cômputo das peças, que podem ser apresentadas conforme disposto na alínea c) do item 9.21, devem ser observadas as seguintes regras:

- a) Reduções e variações de formato serão consideradas como novas peças;
- b) Cada peça apresentada como parte de um *kit* será computada no limite;
- c) Peça sequencial, para qualquer meio (a exemplo de anúncio para revista e jornal e de painéis sequenciais de mídia exterior – *outdoor*, envelopamento de veículos, adesivagem de *fingers* – entre outros), será considerada uma peça se o conjunto transmitir mensagem única;
- d) Um *hotsite* e todas as suas páginas serão considerados uma peça;
- e) Um filme e o *hotsite* em que se encontra hospedado serão considerados duas peças;
- f) Um *banner* e o *hotsite* para o qual ele esteja direcionado serão considerados duas peças;
- g) Um *hotsite* cuja página de abertura e/ou demais páginas internas sejam formadas por animações ou imagens captadas, formando um conjunto integrado ao *hotsite*, será considerado uma peça.

9.33 Na apresentação de proposta de *hotsite* a que se refere a alínea g) do item 9.32, não podem ser inseridos vídeos ou imagens em movimento.

9.34 Estratégia de Mídia e Não Mídia: para apresentação do documento, o licitante deverá levar em conta as seguintes orientações:

- a) Documento digital único em formato PDF;
- b) Capa e conteúdo em formato A4, fundo branco, orientação retrato;
- c) Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
- d) Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
- e) Espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
- f) Alinhamento justificado do texto;
- g) Texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos;
- h) Numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
- i) Sem quaisquer elementos de identificação do licitante.

9.35 A Estratégia de Mídia e Não Mídia deverá ser constituída de:

- a) Apresentação em que a licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no item referente ao Briefing, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas;
- b) Simulação de plano de distribuição em que a licitante indicará todas as peças e/ou material destinados a veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas;
- c) Todas as peças e material que integrarem a relação comentada deverão constar dessa simulação.

9.36 Da simulação supramencionada deverá constar resumo geral com informações sobre:



- a) O período de distribuição das peças e/ou material;
- b) As quantidades de inserções das peças em veículos de comunicação e de divulgação;
- c) Os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de comunicação e de divulgação, separadamente por meios;
- d) Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e/ou na execução técnica de cada peça destinada a veículos de comunicação e de divulgação;
- e) As quantidades a serem produzidas de cada peça e/ou material de não mídia;
- f) Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça e/ou material de não mídia;
- g) Os valores (absolutos e percentuais) alocados na distribuição de cada peça e/ou material de não mídia.

9.37 Nessa simulação:

- a) Os preços das inserções em veículos de comunicação e de divulgação devem ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação;
- b) Deve ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e de divulgação, nos termos do artigo 11 da Lei nº 4.680/1965;
- c) Devem ser desconsiderados os custos internos e os honorários sobre os serviços de fornecedores.
- d) Caso este Edital venha a ser republicado, com a retomada da contagem do prazo legal, os preços de tabela a que se refere a alínea 'a' devem ser os vigentes na data de publicação do primeiro Aviso de Licitação.

**ARQUIVO 2 (COM SENHA)**  
**Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada**

9.38 No Arquivo 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada.

9.39 O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, sem os exemplos de peças e/ou material da Ideia Criativa, deverá constituir-se em cópia da via não identificada, com as seguintes especificidades:

- a) Ter a identificação da licitante;
- b) Ser datado;
- c) Estar assinado por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

**ARQUIVO 3**  
**Capacidade de Atendimento**  
**Repertório**  
**Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação**

9.40 O Arquivo 3 deverá ser composto por todos os elementos consolidados a serem apresentados para os quesitos 2 – Capacidade de Atendimento, 3 – Repertório e 4 – Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Este arquivo deverá ser disponibilizado em formato “.zip”, denominado “arquivo3.zip”.

9.41 Capacidade de Atendimento.

9.42 A licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem a Capacidade de Atendimento em arquivo específico, considerando as seguintes



orientações:

- a) Documento digital único em formato PDF;
- b) Capa e conteúdo em formato A4, fundo branco, orientação retrato;
- c) Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
- d) Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
- e) Espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
- f) Alinhamento justificado do texto;
- g) Texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos;
- h) Numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
- i) Rubricado em todas as páginas e assinado na última, ou assinado digitalmente, por quem detenha poderes de representação do licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

9.43 Quanto à estruturação do elemento Arquivo 3 – Capacidade de Atendimento, parte integrante do “arquivo3.zip”:

- a) O Arquivo 3 – Capacidade de Atendimento deve ser nomeado como “00 – Capacidade de Atendimento.pdf”;
- b) Este arquivo deverá conter os documentos descritivos e comprovantes em sequência, nas páginas referentes aos subquesitos referenciados a seguir: Clientes, Profissionais, Infraestrutura, Sistemática de Atendimento e Informações de Marketing;
- c) É permitida a inclusão de anexos, serem denominados sequencialmente como “Anexo 01” a “Anexo XX”, com a respectiva extensão, com a devida referência cruzada no arquivo descrito;
- d) Os documentos e informações constantes no arquivo específico Capacidade de Atendimento não poderão apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste;
- e) Não há limitação de número de páginas para apresentação da Capacidade de Atendimento.

9.44 A Capacidade de Atendimento será constituída de textos, tabelas, gráficos, diagramas, fotos e outros recursos, por meios dos quais a licitante apresentará:

- a) Relação nominal dos seus principais clientes à época da licitação, com a especificação do início de atendimento de cada um deles;
- b) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de estudo e planejamento, criação, produção de rádio, TV, cinema, internet, produção gráfica, mídia e atendimento;
- c) As instalações, a infraestrutura e os recursos materiais que estarão à disposição para a execução do contrato;
- d) A sistemática de atendimento e a discriminação dos prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;
- e) A discriminação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição da Caesb, sem ônus adicionais, na vigência do contrato.

9.45 Repertório.

9.46 O licitante deverá apresentar um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados, expostos ou distribuídos pelo licitante, sob forma de peças e respectivas memórias técnicas, nas quais se incluirá apresentação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver.

9.47 Os documentos, informações, peças e material que constituem o Repertório em caderno específico, deverão ser apresentados considerando as seguintes orientações:

- a) Documento digital único em formato PDF, com as respectivas memórias técnicas das peças apresentadas;
- b) Capa e conteúdo em formato A4, fundo branco, orientação retrato;
- c) Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
- d) Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
- e) Espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
- f) Alinhamento justificado do texto;
- g) Texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos;
- h) Numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
- i) Rubricado em todas as páginas e assinado na última, ou assinado digitalmente, por quem detenha poderes de representação do licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado;
- j) Os exemplos de peças deverão ser apresentados em arquivos digitais, executáveis no sistema operacional Windows.

9.48 O caderno específico, bem como as peças apresentadas, não poderá apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – via não identificada, que possibilite a identificação da autoria deste.

9.49 Quanto à estruturação do elemento Arquivo 3 – Repertório, parte integrante do “arquivo3.zip”:

- a) O arquivo do subquesto repertório deve ser nomeado como “00 – Repertório.pdf”;
- b) O licitante deverá apresentar 10 (dez) peças publicitárias, independentemente do seu tipo ou característica e da forma de sua veiculação, exposição ou distribuição;
- c) Para cada peça e/ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação do licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição e ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou cada peça;
- d) Os trabalhos apresentados devem ter sido produzidos e veiculados, expostos ou distribuídos a partir de 01/01/2013 e não podem referir-se a ações solicitadas e aprovadas pela Caesb;
- e) As peças apresentadas nesse quesito não deverão fazer parte do Quesito 4 – Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

- 9.50 Não há limitação de número de páginas para apresentação do Repertório.
- 9.51 O Repertório será constituído de peças e/ou material concebidos e veiculados, expostos ou distribuídos pela licitante.
- 9.52 As peças eletrônicas deverão ser executáveis no sistema operacional Windows, podendo integrar o caderno específico previsto no item Repertório ou ser apresentadas separadas.
- 9.53 As peças gráficas poderão integrar o caderno específico, em .pdf, ou ser apresentadas soltas. Em todos os casos, deverá ser preservada a capacidade de leitura das peças e deverão ser indicadas suas dimensões originais.
- 9.54 Se a licitante apresentar peças em quantidade inferior à estabelecida no item Repertório, sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional ao número de peças apresentadas. A proporcionalidade será obtida mediante a aplicação da regra de três simples em relação à pontuação máxima prevista na tabela de pontuação.
- 9.55 Para cada peça e/ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição e/ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo de comunicação ou de divulgação que divulgou cada peça.
- 9.56 As peças e/ou material não podem referir-se a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela Caesb, da atual ou de gestões anteriores.
- 9.57 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.
- 9.58 A licitante deverá apresentar 2 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 2 (duas) páginas, em que serão descritas soluções bem-sucedidas de problemas de comunicação planejadas e propostas por ela e implementadas por seus clientes. Para cada um dos relatos deverão ser observadas as seguintes orientações:
- a) Ser elaborado pela licitante, em arquivo timbrado;
  - b) Ter nome, cargo ou função e assinatura de funcionário, da licitante responsável por sua elaboração;
  - c) Não pode referir-se a ações publicitárias solicitadas e/ou aprovadas pela

- administração atual da Caesb ou de administrações anteriores;
- d) Estar formalmente referendado pelo cliente (nome empresarial), por meio de assinatura digital, nome, cargo/função e informações de contato (e-mail e telefone), de forma a atestar sua autenticidade;
  - e) As propostas de que trata item Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação devem ter sido implementadas a partir de 1º de janeiro de 2013.
- 9.59 Cada relato poderá ser apresentado da forma que o licitante julgar mais adequada, observando as seguintes limitações:
- 9.60 Se o licitante optar pelo relato em texto, o mesmo deverá ser apresentado em um documento digital único em formato PDF para cada relato, com no máximo 02 (duas páginas):
- a) Capa e conteúdo em formato A4, fundo branco, orientação retrato;
  - b) Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
  - c) Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
  - d) Espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
  - e) Alinhamento justificado do texto;
  - f) Texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos;
  - g) Numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
  - h) Assinado digitalmente na última página por quem detenha poderes de representação do licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.
- 9.61 Se o licitante optar pela apresentação do relato em formato diferente do acima descrito, o mesmo deverá ser apresentado em arquivo digital, executáveis em sistema operacional Windows. No caso de vídeos, estes deverão ter duração máxima de 5 minutos. No caso de apresentações em forma de slides, o arquivo não deverá ultrapassar 10 telas.
- 9.62 O licitante deverá escolher entre o formato textual ou apresentação/vídeo.
- 9.63 É permitida a inclusão de até 5 (cinco) peças e/ou material, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, para cada Relato. Se incluídas:
- a) As peças deverão ser apresentadas em arquivos digitais executáveis no sistema operacional Windows, podendo integrar o caderno específico ou ser apresentadas separadas. Estas peças não serão contabilizadas no limite de 02 (duas) páginas ou nos limites estipulados para a apresentação/vídeo utilizados para o detalhamento do relato.
  - b) As peças gráficas também poderão integrar o caderno específico previsto no item 9.58, em formato A4 ou A3, ou serem apresentadas soltas. Em todos os casos, deverão ser indicadas suas dimensões originais;
  - c) Para cada peça e/ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propuseram a resolver.
- 9.64 Adicionalmente, deverá ser apresentada 1 (uma) página com a listagem de todas as peças incluídas, com breve descrição delas.
- 9.65 Essa página adicional deverá ser incorporada ao final das 02 (duas) páginas do relato, sendo a página de número 3 (três) ou vir de forma avulsa, acompanhando a

apresentação/vídeo.

- 9.66 As peças apresentadas nesse quesito não deverão fazer parte daquelas apresentadas no quesito Repertório.
- 9.67 Se a licitante apresentar apenas 1 (um) Relato, sua pontuação máxima, neste quesito, será equivalente à metade da pontuação máxima previstos na tabela de pontuação máxima para o quesito.

## **10 PROPOSTA DE PREÇOS (ARQUIVO 4)**

- 10.1 A Proposta de Preços deverá ser entregue à CEL acondicionada no Arquivo 4, em formato “.zip”, denominado “arquivo4.zip”.

### **ARQUIVO 4 (COM SENHA) Proposta de Preços**

- 10.2 A Carta Proposta de Preços deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços que constitui o Anexo II deste Edital, com a devida identificação do licitante.
- 10.3 Nos preços unitários e no total de cada item deverão ser utilizadas 02 (duas) casas decimais, sem arredondamentos, desconsiderando-se as demais. Tal critério se mantém durante toda a fase de execução contratual, ainda que se implementem aditivos de valor.
- 10.4 Declarações.
- 10.4.1 Declaração de que se sujeita às condições do Edital e de seus anexos.
- 10.4.2 Declaração para os fins do Decreto 39.860/2019, conforme Anexo I, do Edital.
- 10.4.3 Declaração para os fins da Lei nº 6.679/2020, conforme Anexo IV, do Edital.
- 10.4.4 Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.4.4.1 Caso a licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas na Lei 13.303/2016, no RILC-CAESB e neste Edital, que está nessa condição nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital nº 4.611/2011, cujos termos declara conhecer, na íntegra, estando apta a exercer o direito de preferência no procedimento licitatório.
- 10.4.4.2 Empresas que não se enquadram na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda, que não desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido que estabelece a Lei Complementar 123/2006, estão dispensadas de apresentar o documento descrito no item acima.
- 10.5 O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias consecutivos, contados de sua apresentação.

## **11 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ARQUIVO 5)**

- 11.1 A HABILITAÇÃO PRELIMINAR dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

- 11.2 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 11.2.1 A documentação exigida para atender aos itens referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF do Ministério da Economia (Consulta Situação de Fornecedor e Consulta Cadastro Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira) como habilitação parcial.
- 11.2.1.1 Os documentos relativos aos requisitos não compreendidos e/ou vencidos no SICAF e exigidos para habilitação neste certame deverão ser apresentados pela licitante.

**ARQUIVO 5**  
**Documentos de Habilitação**

- 11.3 Os Documentos de Habilitação, constantes dos itens 11.4 a 11.8, e respectivos subitens, do Edital, deverão ser entregues à CEL pelas licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, acondicionados no Arquivo 5, em formato “.zip”, denominado “arquivo5.zip”.
- 11.4 Documentação relativa à **Habilitação Jurídica**, que consistirá de:
- a) Registro comercial em caso de empresa individual;
  - b) Ato constitutivo ou estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;
  - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
  - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 11.5 Documentação relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** que consistirá de:
- 11.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;
- 11.5.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.5.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional mediante apresentação da certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- 11.5.4 Certificado de regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa.
- 11.5.5 Prova de regularidade com as Fazendas Federais, Estaduais e Municipais, se for o caso.
- 11.5.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão positiva com efeito de negativa, conforme Lei nº 12.440, de 07/07/2011.



Observação: Os documentos deste item que não tiverem exposto o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias.

11.6 Documentação relativa à **Qualificação Econômico-financeira**, consistindo de:

11.6.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, podendo ser atualizados por intermédio do INPC ou índice que venha a substituí-lo, quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. A comprovação da boa situação da empresa será verificada através dos índices contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.

- ILC: Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00;
- ILG: Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00;
- SG: Solvência Geral igual ou superior a 1,00.

Fórmulas de Cálculo:

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-NC)$$

$$SG = \{ AT / (PC + P-NC) \}$$

Siglas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-NC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

11.6.1.1 As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) a ser(em) contratado(s).

11.6.1.2 A comprovação deverá ser feita relativamente à data da comprovação da habilitação por meio do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último Exercício Social, conforme estabelecido neste subitem.

11.6.1.3 As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, devem comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto a Receita Federal, igualmente, devem apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.

11.6.1.4 A licitante que ainda não encerrou o seu primeiro exercício social, por ter sido constituída há menos de um ano, deverá apresentar, em substituição ao balanço patrimonial, o balanço de abertura de sua empresa.

11.7 Documentação relativa à **Qualificação Técnica**, que consistirá de:



- 11.7.1 Certificado de qualificação técnica de funcionamento emitido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda.

Observação: A licitante poderá apresentar documento obtido no site do CENP ou de entidade equivalente na internet, caso em que a CEL verificará a validade do certificado no referido sítio.

- 11.7.2 Capacitação técnico-operacional da empresa - Apresentação de atestado técnico ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já prestou serviços compatíveis com os do objeto desta licitação, representados, no mínimo, pelas atividades descritas no item 1.1 deste Edital.

- 11.8 Declaração, na forma regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição, elaborada conforme o modelo do Anexo I deste Edital.

- 11.9 Todos os documentos apresentados deverão estar:

- 11.9.1 Em nome da licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo;

- 11.9.2 Se a licitante for filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz/sede e da filial simultaneamente, exceto para a qualificação técnica, que os documentos da matriz comprovam a habilitação da filial e vice-versa, se for o caso. Deverá ainda ser observada a Circular 907 da Caixa Econômica Federal, de 18/05/2020, quanto ao FGTS.

- 11.9.3 Serão dispensados da filial, aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só possam ser emitidos em nome da matriz/sede.

## **12 RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 12.1 Os Arquivos contendo as Propostas Técnica (Arquivos 1, 2 e 3) e de Preços (Arquivo 4), bem como os Documentos de Habilitação (Arquivo 5), para execução dos serviços, objeto da presente licitação, serão recebidos, por intermédio da CEL, conforme definido no item 8 deste Edital.

### **Julgamento das Propostas Técnicas**

- 12.2 A Subcomissão Técnica, prevista no item 4.2, analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

- 12.3 Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta, em cada quesito ou subquesito:

- 12.3.1 Plano de Comunicação Publicitária.

- 12.3.1.1 Raciocínio Básico - a acuidade de compreensão sobre:

- a) A atuação da Caesb nos contextos social, político e econômico;
- b) As características da Caesb e de suas atividades que sejam significativas para sua comunicação publicitária;

- c) O desafio de comunicação expresso no Briefing;
- d) Os objetivos de comunicação expressos no Briefing.

#### 12.3.1.2 Estratégia de Comunicação Publicitária.

- a) A adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da comunicação publicitária a cargo da Caesb e ao desafio de comunicação expresso no Briefing;
- b) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos;
- c) A riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação publicitária a cargo da Caesb com seus públicos;
- d) A adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária - o que dizer, a quem dizer, como dizer, quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas utilizar – proposta para a solução do desafio de comunicação expresso no Briefing;
- e) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta;
- f) A capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação publicitária a cargo da Caesb, o desafio de comunicação expresso no Briefing, seus públicos, os objetivos de comunicação e a verba disponível.

#### 12.3.1.3 Ideia criativa.

- a) Sua adequação ao desafio de comunicação expresso no Briefing;
- b) Sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante;
- c) Sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo;
- d) A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;
- e) A originalidade da combinação dos elementos que a constituem;
- f) A simplicidade da forma sob a qual se apresenta;
- g) Sua pertinência às atividades de comunicação publicitária a cargo da Caesb;
- h) Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e/ou material apresentados;
- i) A exequibilidade das peças e/ou do material;
- j) A compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e/ou no material aos meios e aos públicos propostos.

#### 12.3.1.4 Estratégia de Mídia e Não Mídia.

- a) O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários;
- b) A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos;
- c) A consistência do plano simulado de distribuição das peças e/ou do material em relação às duas alíneas anteriores;
- d) A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da Caesb;
- e) A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e/ou do material;
- f) A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

#### 12.3.2 Capacidade de Atendimento.

- a) O porte e a tradição dos clientes atuais da licitante e o conceito de seus produtos e serviços no mercado;

- b) A experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias;
- c) A adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à comunicação publicitária a cargo da Caesb;
- d) A adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato;
- e) A operacionalidade do relacionamento entre a Caesb e a licitante, esquematizado na proposta;
- f) A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da Caesb, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

#### 12.3.3 Repertório.

- a) A ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver;
- b) A qualidade da execução e do acabamento da peça e/ou material;
- c) A clareza da exposição das informações prestadas.

#### 12.3.4 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

- a) A evidência de planejamento publicitário;
- b) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;
- c) A relevância dos resultados apresentados;
- d) A concatenação lógica da exposição.

12.4 A pontuação da Proposta Técnica está limitada a 100 (cem) e será apurada segundo a metodologia a seguir.

12.4.1 Os quesitos e subquesitos terão, no máximo, os seguintes pontos:

Quesitos / Subquesitos		Pontos
1. Plano de Comunicação Publicitária		70
a) Raciocínio Básico	05	
b) Estratégia de Comunicação	25	
c) Publicitária Ideia Criativa	25	
d) Estratégia de Mídia e Não Mídia	15	
2. Capacidade de Atendimento		10
3. Repertório		10
4. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação		10
<b>Pontuação máxima total</b>		<b>100</b>

12.4.2 Cada membro da Subcomissão Técnica atribuirá, no máximo, os seguintes pontos a cada atributo dos subquesitos do Plano de Comunicação Publicitária:

Subquesito	Atributo	Pontos
Raciocínio Básico (A)	A1) atuação da Caesb nos contextos social, político e econômico	1,0
	A2) características da Caesb e de suas atividades significativas para sua comunicação publicitária	1,0
	A3) desafio de comunicação expresso no Briefing	2,0
	A4) objetivos de comunicação expressos no Briefing	1,0

Subquestito	Atributo	Pontos
Estratégia de Comunicação Publicitária (B)	B1) adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da comunicação publicitária a cargo da Caesb e ao desafio de comunicação expresso no Briefing	7,0
	B2) consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos	4,0
	B3) riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação publicitária a cargo da Caesb com seus públicos	2,0
	B4) adequação e exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária – o que dizer, a quem dizer, como dizer, quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas utilizar – proposta para a solução do desafio de comunicação expresso no Briefing	7,0
	B5) consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta	3,0
	B6) capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação publicitária a cargo da Caesb, o desafio de comunicação expresso no Briefing, seus públicos, os objetivos de comunicação e a verba disponível	2,0
Ideia Criativa (C)	C1) adequação ao desafio de comunicação expresso no Briefing	5,0
	C2) adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante	3,0
	C3) adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo	1,0
	C4) multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta	2,0
	C5) originalidade da combinação dos elementos que a constituem	3,0
	C6) simplicidade da forma sob a qual se apresenta	2,0
	C7) pertinência às atividades de comunicação publicitária a cargo da Caesb	3,0
	C8) desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e/ou material apresentados	3,0
	C9) exequibilidade das peças e/ou do material	1,0
	C10) compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e/ou no material aos meios e aos públicos propostos	2,0
Estratégia de Mídia e Não Mídia (D)	D1) conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários	2,0
	D2) capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos	2,0
	D3) consistência do plano simulado de distribuição das peças e/ou do material em relação às duas alíneas anteriores	4,0
	D4) pertinência, oportunidade e economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da Caesb	1,0
	D5) economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e/ou do material	3,0
	D6) otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa	3,0

12.4.2.1 A pontuação do atributo corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos pelos membros da Subcomissão Técnica.

12.4.2.1.1 A pontuação do atributo terá uma casa decimal, utilizando-se o arredondamento das

casas seguintes por emprego de um algarismo significativo, ou seja: valores menores que 5 (cinco) não alteram a casa decimal; valores superiores ou iguais a 5 (cinco) alteram a casa decimal em mais uma unidade.

- 12.4.2.2 A pontuação do subquesto corresponderá à soma algébrica da pontuação dos atributos.
- 12.4.2.3 A pontuação do quesito corresponderá à soma algébrica da pontuação dos subquestos.
- 12.4.3 Cada membro da Subcomissão Técnica atribuirá, no máximo, os seguintes pontos a cada atributo dos quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação:

Quesito	Atributo	Pontos
Capacidade de Atendimento (E)	E1) porte e tradição dos clientes atuais da licitante e conceito de seus produtos e serviços no mercado	1,0
	E2) experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias	3,0
	E3) adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à comunicação publicitária a cargo da Caesb	3,0
	E4) a adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato	1,0
	E5) operacionalidade do relacionamento entre a Caesb e a licitante, esquematizado na proposta	1,0
	E6) relevância e utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da Caesb, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato	1,0
Repertório (F)	F1) ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver	4,0
	F2) qualidade da execução e do acabamento da peça e/ou material	4,0
	F3) clareza da exposição das informações prestadas	2,0
Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação (G)	G1) evidência de planejamento publicitário	2,0
	G2) consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução	3,0
	G3) relevância dos resultados apresentados	3,0
	G4) concatenação lógica da exposição	2,0

- 12.4.3.1 A pontuação do atributo corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos pelos membros da Subcomissão Técnica.
- 12.4.3.1.1 A pontuação do atributo terá uma casa decimal, utilizando-se o arredondamento das casas seguintes por emprego de um algarismo significativo, ou seja: valores menores que 5 (cinco) não alteram a casa decimal; valores superiores ou iguais a 5 (cinco) alteram a casa decimal em mais uma unidade.
- 12.4.3.2 A pontuação do quesito corresponderá à soma algébrica da pontuação dos atributos.
- 12.4.4 A pontuação da Proposta de cada licitante corresponderá à soma algébrica da pontuação dos quesitos.

- 12.4.5 A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída por seus membros aos subquestos do Plano de Comunicação Publicitária e aos questos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do subquesto ou do questos, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital.
- 12.4.5.1 Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do subquesto ou questos, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao subquesto ou questos reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão Técnica e passará a compor o processo desta licitação.
- 12.5 Será considerada mais bem classificada, na fase de julgamento da Proposta Técnica, a licitante que obtiver a maior pontuação, observado o disposto nas alíneas “a” e “b” do item 12.6 do Edital.
- 12.6 Será desclassificada a Proposta que:
- I. Não alcançar, no total, **70 (setenta)** pontos;
  - II. Obtiver pontuação zero em quaisquer dos questos ou subquestos a que se referem os itens 12.3.1.1 a 12.3.1.4 e 12.3.2 a 12.3.4;
  - III. Propicie a identificação de sua autoria antes da abertura do Arquivo 2.
- 12.7 Poderá ser desclassificada a Proposta que não atender às demais exigências do presente Edital e de seus Anexos, a depender da gravidade da ocorrência.
- 12.8 Se houver empate que impossibilite a identificação automática da licitante mais bem classificada nesta fase, será assim considerada a que obtiver a maior pontuação, sucessivamente, nos questos correspondentes aos itens 12.3.1, 12.3.2, 12.3.3 e 12.3.4.

#### Julgamento das Propostas de Preços

- 12.9 As Propostas de Preços das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 12.10 Será desclassificada a Proposta de Preços que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver qualquer item condicionante para a entrega dos serviços.
- 12.11 Os questos a serem valorados são os integrantes da Planilha que constitui o Anexo II (Modelo de Carta Proposta de Preços). Não será aceito:
- a) Desconto inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) em relação aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal, a título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela licitante;
  - b) Percentual de honorários superior a 3% (três por cento), incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato;



- c) Percentual de honorários superior a 3% (três por cento), incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias;
- d) Percentual de honorários superior a 5% (cinco por cento), incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, e referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

12.11.1 Se houver divergência entre o preço expresso em algarismos e o expresso por extenso, a CEL considerará o preço por extenso.

12.12 A nota da Proposta de Preços será apurada conforme a metodologia a seguir.

12.12.1 A CEL calculará os pontos de cada quesito a ser valorado, conforme a seguinte tabela:

Desconto/Honorários	Pontos (P)
Percentual de desconto sobre os custos dos serviços previstos na alínea “a” do item 12.11	$P1 = 1 \times \text{Desconto}.$
Percentual de honorários incidente sobre os preços dos serviços previstos na alínea “b” do item 12.11	$P2 = 3 \times (3 - \text{Honorários}).$
Percentual de honorários incidente sobre os preços dos serviços previstos na alínea “c” do item 12.11	$P3 = 3 \times (3 - \text{Honorários}).$
Percentual de honorários incidente sobre os preços dos serviços previstos na alínea “d” do item 12.11	$P4 = 5 \times (5 - \text{Honorários}).$
Para efeito de cálculo dos pontos de cada licitante, os termos “desconto” e “honorários” serão substituídos nas fórmulas da coluna Pontos pelas respectivas percentagens constantes de sua Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo “%”.	

12.12.2 A nota de cada Proposta de Preços corresponderá à soma algébrica dos pontos obtidos nos quesitos constantes da tabela referida no item 12.12, como segue:  $P = P1 + P2 + P3 + P4.$

12.12.3 A Proposta de Preços que obtiver a maior nota será considerada como a de menor preço.

12.12.3.1 Se houver empate, será considerada como de menor preço a Proposta que apresentar, sucessivamente:

- a) O maior percentual de desconto sobre o que se refere o item “a” do subquesito 12.11;
- b) O menor percentual de honorários incidente sobre o que se refere o item “b” do subquesito 12.11.

#### Julgamento Final das Propostas Técnicas e de Preços

12.13 O julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços desta licitação será feito de acordo com o rito previsto no RILC para o tipo melhor combinação de técnica e preço.

12.14 A classificação das Licitantes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnica e de Preço, cujo cálculo da Nota Final – NF obedecerá a seguinte fórmula:



$NF = (NPT \times 0,6) + (NPP \times 0,4)$ , onde:

NF = Nota Final.

NPT = Nota da Proposta Técnica.

NPP = Nota da Proposta de Preços.

a) Pontuação técnica será obtida conforme os itens e subitens 12.2 a 12.8 deste Edital.

b) Pontuação de preço será obtida conforme os itens e subitens 12.9 a 12.12 deste Edital.

12.15 A classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que obtiver maior Nota Final.

12.16 No caso de empate entre duas ou mais licitantes, a classificação se fará conforme definido no RILC.

#### Análise dos Documentos de Habilitação

12.17 Não será considerada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste Edital em seus Anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

12.18 A CEL analisará os “Documentos de Habilitação” apenas da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, ou das seguintes, em caso de desclassificação desta, após a divulgação do resultado do julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, e que atender ao disposto neste Edital, no que tange a entrega e forma de apresentação de documentos.

12.19 A CEL julgará habilitada a licitante que atenda integralmente aos requisitos de habilitação exigidos neste Edital e em seus Anexos.

12.20 A situação das licitantes que optarem por realizar sua habilitação conforme previsto nos itens 11.1 e 11.2 e subitens deste Edital (registro cadastral no SICAF do Ministério da Economia-MPOG) será verificada por meio de consulta *on-line* ao SICAF, que será salva sob forma de Declaração e instruirá o processo.

12.21 Para a análise da habilitação das licitantes também serão realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-Ceís, no Portal da Transparência mantido pelo Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União-CGU, e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, em harmonia com o disposto no Acórdão nº 1793/2011-Plenário, do Tribunal de Contas da União-TCU.

12.22 A CEL, após recebida a documentação de habilitação, poderá, a seu critério exclusivo, suspender a sessão pública a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, divulgando posteriormente, o resultado da habilitação.

#### Demais Providências

12.23 A CEL e a Subcomissão Técnica examinarão, cada qual dentro de suas atribuições, as propostas quanto à compatibilidade dos preços ofertados com o valor estimado

para a contratação e à conformidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e com os requisitos estabelecidos neste Edital e desclassificará as que:

- a) Contenham vícios insanáveis;
- b) Descumpram especificações técnicas constantes do Edital;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- d) Apresentem preços unitários e/ou totais simbólicos e/ou abusivos;
- e) Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
- f) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Caesb;
- g) Apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

- 12.24 A Caesb poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos da Lei 13.303/2016 e do RILC.
- 12.25 Confirmada a efetividade da proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, e definido o resultado do julgamento, a CEL deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- 12.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 12.27 Se depois de adotada a providência referida no item 12.26 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.
- 12.28 Não se admite negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 12.29 Verificado o atendimento das exigências do Edital, a proponente melhor classificada será declarada vencedora, mediante publicação do resultado final.
- 12.30 Inabilitada a Proponente melhor classificada, serão analisados os documentos de habilitação das Proponentes com as propostas classificadas sequencialmente.
- 12.31 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem com base nas ofertas das demais licitantes.
- 12.32 Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva Ata, com a ordem de classificação das propostas.
- 12.33 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela CEL.
- 12.34 Dos atos decorrentes da aplicação deste Edital, cabe recurso único, conforme o disposto no artigo 84 do RILC e no artigo 59 da Lei 13.303/2016.
- 12.34.1 Declarado o vencedor pela CEL, será aberto prazo, por item, de 15 (quinze) minutos após o julgamento e 15 (quinze) minutos após a habilitação, durante os quais qualquer licitante poderá manifestar imediata intenção de recorrer, em campo próprio no sistema.

- 12.34.2 A falta de manifestação do licitante, em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação e ao final da fase de habilitação, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Agente de Licitação ao vencedor.
- 12.34.3 A falta de manifestação do licitante, em face dos atos do julgamento das propostas ou da habilitação e ao final da fase de habilitação, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela CEL ao vencedor.
- 12.34.4 Aberto o prazo para recurso, a licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação ou da lavratura da ata. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para, querendo, a apresentarem contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vistas dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.34.5 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.34.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.34.7 Os recursos contra decisão da CEL não terão efeito suspensivo.
- 12.35 Adjudicação e homologação
- 12.35.1 A adjudicação e a homologação do objeto desta licitação competem à autoridade competente.
- 12.35.2 O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante vencedor.

### **13 CONTRATO**

- 13.1 O contrato para execução do objeto da licitação será firmado entre a Caesb e a licitante vencedora após a adjudicação do objeto licitado.
- 13.2 O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contado a partir da data da sua assinatura.
- 13.2.1 O prazo acima referido poderá ser prorrogado ordinariamente, desde que observados os artigos 137 e 140 do RILC.
- 13.3 A Caesb convocará a licitante vencedora da licitação para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação. Este prazo será prorrogado uma vez, por igual período, quando por ela solicitado, durante o transcurso do primeiro e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Caesb. Findo o citado prazo sem providências, será considerado descumprimento total da obrigação, sujeitando-a a penalidade prevista no Capítulo 17, deste Edital.

- 13.3.1 A assinatura do instrumento contratual será digital e realizada através do sistema de Peticionamento Web, disponível no site da Caesb. No link para cadastro constarão todas as informações necessárias.
- <https://www.caesb.df.gov.br/protocolo-geral-caesb.html>
- 13.4 É facultado à Caesb, quando a convocada não assinar o "termo de contrato" ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no Capítulo 17.
- 13.5 A Caesb poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato que vier a ser assinado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à contratada qualquer espécie de direito, nos casos previstos no RILC e no contrato a ser firmado entre as partes, com a exceção do que estabelece do referido Regulamento.
- 13.5.1 A rescisão do contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Caesb, a retenção dos créditos decorrentes do contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Edital e em lei, até a completa indenização dos danos.
- 13.6 À contratada poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no RILC, no Decreto nº 26.851/2006, neste Edital e no contrato a ser firmado entre as partes.
- 13.7 A licitante cuja contratação seja realizada com valor **superior a R\$ 5.000.000,00** e/ou o **prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias** deverá apresentar à Caesb, no momento da formalização da relação contratual, a Declaração da existência do programa de integridade na empresa contratada em cumprimento da Lei 6.112/2018, conforme Anexo III.
- 13.8 A licitante contratada deverá apresentar a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, conforme estabelecido na Lei nº 6.679, de 24 de setembro de 2020.
- 13.8.1 A comprovação referente ao cumprimento da equidade salarial será apresentada no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contado da publicação do resultado da licitação e prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez.
- 13.8.2 A empresa que não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial no ato do chamamento para assinatura do contrato pode apresentar, no mesmo prazo estabelecido no item anterior, plano para adoção das ações elencadas no inciso II, do artigo 2º, da Lei nº 6.679, de 24 de setembro de 2020, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 (noventa) dias consecutivos.
- 13.9 A licitante contratada se obriga a obedecer às normas e especificações da contratante, bem como, na forma da lei, a respeitar rigorosamente às recomendações da ABNT, no caso de não haver normas e especificações da Caesb para o assunto.
- 13.10 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de

qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

- 13.11 Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhes venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital e dos contratos que vierem a ser assinados.
- 13.12 A contratada, independentemente de solicitação, deverá prestar esclarecimentos à Caesb sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolva.
- 13.13 A contratada só poderá divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto desta licitação, que envolva o nome da Caesb, se houver expressa autorização desta.
- 13.14 É vedado à contratada caucionar ou utilizar o contrato resultante desta licitação para qualquer operação financeira.
- 13.15 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas nesta licitação, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o art. 4º e seu § 1º da Lei nº 12.232/2010.
- 13.16 A Caesb avaliará, semestralmente, os serviços prestados pela contratada.
- 13.17 A contratada centralizará o comando da publicidade da Caesb no Distrito Federal, onde, para esse fim, manterá sede, filial, sucursal ou escritório. Se necessário, a contratada poderá eventualmente utilizar seus estabelecimentos em outros Estados para executar parte dos serviços objeto do contrato, desde que garantidas as condições previamente acordadas.
- 13.17.1 No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar que possui, no Distrito Federal – DF, estrutura de atendimento compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados à Caesb, representada, no mínimo, pelos seguintes quantitativos de profissionais e respectivas áreas de atividades:
- a) Atendimento: 2 (dois);
  - b) Planejamento: 1 (um);
  - c) Criação: 1 (uma) dupla;
  - d) Produção impressa, eletrônica e de design/computação gráfica: 2 (dois);
  - e) Mídia: 2 (dois).
- 13.18 Quando necessário, o valor contratual poderá ser alterado em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas de seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos contratos, conforme disposto no RILC.
- 13.18.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites aqui estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

## **14 GARANTIA**

- 14.1 A contratada deverá providenciar garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato até o máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço e antes da protocolização da primeira fatura.
- 14.2 Em caso de prorrogação do prazo de execução e vigência, a garantia contratual deverá ter seu valor complementado de maneira a incidir sobre o valor total do

contrato, desde que não haja pendências contratuais, no período anterior conforme procedimentos adotados na Caesb.

- 14.3 A garantia poderá ser dada através de qualquer uma das seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro;
  - b) Seguro garantia, e
  - c) Fiança bancária.
- 14.4 A garantia deverá ser aprovada e encaminhada formalmente pelo gestor do contrato à Tesouraria da Caesb, exceto nos casos de garantias prestadas em espécie e que não possuam exigências específicas, em especial, as de caráter técnico. Nesses casos, a contratada deverá recolher o valor em espécie diretamente na Tesouraria e apresentar o comprovante ao gestor do contrato. Tal aprovação somente deverá ser realizada após análise de todas as cláusulas do Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária, as quais deverão ser observadas durante toda a vigência contratual.
- 14.5 A garantia contratual terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual. A data de início da garantia contratual será, no mínimo, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.
- 14.6 O seguro garantia somente será aceito se emitido de acordo com a legislação vigente, em especial quanto ao regimento da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
- 14.7 A carta de fiança bancária somente será aceita se emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, na forma da lei. Não será aceita carta de fiança bancária emitida por consultorias empresariais ou qualquer outra garantia fidejussória ofertada por entidades não credenciadas como Instituição Bancária pelo Banco Central do Brasil.
- 14.8 A garantia, em qualquer modalidade escolhida, deve assegurar, no mínimo, o reembolso ou pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato, e do inadimplemento das demais obrigações nele previstas, os prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, que resultem em obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza e as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, até o limite legal, devidamente registrada na modalidade de garantia escolhida.
- 14.9 A expectativa de dano por inadimplência contratual ocorrerá quando a Caesb tomar conhecimento de indícios de inadimplência na execução do contrato, devendo notificar a contratada e a Seguradora ou Banco emitente da caução contratual, acerca da expectativa de sinistro, concedendo-lhe prazo para regularização, conforme definido no artigo 204 do RILC.
- 14.10 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Caesb.
- 14.11 Após o cumprimento do ajuste, a garantia será devolvida sem reajustamento, exceto quando for prestada em espécie, sendo, neste caso, corrigida monetariamente, desde que não haja obrigação civil ou criminal cominada à contratada, decorrente, direta ou indiretamente, deste contrato e após verificada a quitação de eventuais multas, débitos contratuais.



- 14.12 A garantia feita em espécie, ao ser devolvida, será atualizada monetariamente.
- 14.13 Se, por qualquer razão, durante a execução contratual, for necessária a prorrogação do prazo de validade da garantia de execução do contrato, a contratada ficará obrigada a providenciar essa efetivação, nos termos e condições originalmente aprovados pela Caesb.
- 14.14 A garantia de execução do contrato ou o seu saldo, se houver, somente será devolvida(o) à contratada após o cumprimento integral das obrigações contratuais por ela assumidas.
- 14.15 Conforme Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022, artigo 35, a partir de 01/01/2023, as seguradoras não poderão comercializar seguro garantia em desacordo com as disposições da Circular. (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/circular-susep-n-662-de-11-de-abril-de-2022-392772088>)

## **15 FATURAMENTO / PAGAMENTO**

- 15.1 A remuneração à contratada, bem como a forma e as condições de pagamento, pelos serviços prestados, será feita nos termos da Minuta de Contrato (Anexo V), bem como do item 9 do Termo de Referência.
- 15.2 Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão efetuados, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A - BRB, em observância ao disposto no artigo 6º do Decreto nº. 32.767/2011, do GDF, o qual obriga a Caesb efetuar os pagamentos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A-BRB.
- 15.2.1 Excluem-se das disposições do caput deste item:
- a) Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pelo Governo Federal;
  - b) Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude da legislação federal, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
  - c) Os pagamentos a empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito do Governo do Distrito Federal.

## **16 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

- 16.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 16.1.1 Os valores dos serviços técnicos e especializados podem sofrer alterações de preços de mercado. Os descontos e honorários previstos no item 9 do Termo de Referência – TR são fixos e irrevogáveis. Os valores da tabela de preços referenciados do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal estão sujeitos a reajuste, mas não estão diretamente vinculados a nenhum indicador econômico.

## **17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com os artigos 82 a 84, da Lei nº 13.303/2016, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Caesb - RILC.

- I - Advertência;
- II - Multa; e
- III - Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal.

17.1.1 As sanções previstas nos Incisos I e III deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do Inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.2 Da advertência.

17.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação.

17.2.2 A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à Caesb, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

17.2.3 A licitante e/ou contratada será comunicada da aplicação da advertência, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores da Caesb, independentemente de se tratar de pessoa cadastrada ou não.

17.2.4 A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

17.3 Da multa.

17.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da Caesb, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e inexecução total e parcial do contrato e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério da Caesb, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos Incisos I e II deste subitem;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

17.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de

defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, observada a seguinte ordem:

- I - Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

- 17.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 17.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 17.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
- I - O atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
  - II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- 17.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 17.1.1 e observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da Caesb em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do Inciso II do subitem 17.3.1.
- 17.3.8 A sanção pecuniária prevista no Inciso IV do subitem 17.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.
- 17.4 Da suspensão.
- 17.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Caesb, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no cadastro da Caesb, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:
- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Assessoria de Licitações, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
  - II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
  - III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
  - b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
  - c) Receber qualquer das multas previstas no subitem 17.3 e não efetuar o pagamento;
- 17.4.2 O ordenador de despesas da Caesb é competente para aplicar a penalidade de suspensão.
- 17.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 17.5 Do assentamento em registros.
- 17.5.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.
- 17.5.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.
- 17.6 Da sujeição a perdas e danos.
- 17.6.1 Independentemente das sanções legais cabíveis previstas neste Edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 17.7 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 17.8 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.
- 17.8.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à instância superior, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 17.8.2 Observado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será ratificada por Documento Decisório, assinado pela autoridade superior da área técnica responsável e pelo Presidente.
- 17.8.3 Após chancela do ato, a decisão que ratificou a sanção à licitante e/ou contratada deverá ser publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, cujo extrato deverá conter:
- I - a origem e o número do processo em que foi proferida a decisão;
  - II - o fundamento legal da sanção aplicada;
  - III - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
  - IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.
- 17.8.4 Procedida a publicação, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso aos sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal, bem

como para comunicação da área responsável pelo cadastro da Caesb e a Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF.

- 17.8.4.1 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento no item 13.3 do Edital, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento.
- 17.9 Rescisão.
- 17.9.1 O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos Artigos 147 e 148 e nas formas estabelecidas nos Artigos 149 e 150, todos do Regulamento de Licitações e Contratações da Caesb – RILC.
- 17.9.2 A rescisão, por algum dos motivos previstos no RILC, não dará à contratada direito a indenização a qualquer título, exceto nos casos em que a rescisão ocorrer sem dolo por parte da contratada, regularmente comprovado, a qual terá direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.
- 17.9.3 A rescisão acarreta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, a assunção imediata do objeto contratado, pela Caesb, no estado e local em que se encontrar, a execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Caesb e na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Caesb.

## **18 DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 18.1 O órgão da Caesb responsável pela execução do contrato será a **Assessoria de Comunicação – PRC/PR**, a quem caberá a aplicação das penalidades e designação formal do fiscal pelo contrato.
- 18.2 Será registrado em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terão poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção, nos termos deste Edital e seus anexos.
- 18.3 É facultada à CEL, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente das Propostas Técnica e de Preço ou dos Documentos de Habilitação.
- 18.4 A CEL deverá adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria da Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária, até a abertura do Arquivo 2.
- 18.5 A CEL, por solicitação expressa da Subcomissão Técnica, poderá proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem que a agência classificada no julgamento das Propostas Técnicas disponibilizará para a realização dos serviços objeto desta licitação.
- 18.6 Até a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá ser desclassificada ou inabilitada se a Caesb tiver conhecimento de fato desabonador à sua classificação ou à sua habilitação, conhecido após o julgamento de cada fase.
- 18.7 Se ocorrer a desclassificação ou a inabilitação de licitante vencedora por fatos referidos no item 18.6, a Caesb poderá convocar a licitante remanescente por ordem



de classificação ou revogar esta licitação, independentemente da cominação prevista no RILC.

- 18.8 Os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento (Proposta Técnica) deverão participar da elaboração dos serviços objeto deste Edital, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à Caesb.
- 18.9 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.
- 18.10 Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Caesb comunicará os fatos verificados à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para as providências devidas.
- 18.11 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se a autora às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe no RILC.
- 18.12 Qualquer tentativa de uma licitante influenciar a CEL no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.
- 18.13 Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta licitação será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 18.14 A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no RILC.
- 18.15 Antes da data marcada para o recebimento dos Arquivos com as Propostas Técnica e de Preços, a CEL poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, em consequência de solicitações de esclarecimentos ou de impugnações, alterar este Edital e seus Anexos, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.
- 18.16 Correrão por conta da Caesb as despesas que incidirem sobre a formalização dos contratos, aí incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial do Distrito Federal, na forma prevista no RILC.
- 18.17 A licitante e/ou a contratada se comprometem a observar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade, o Programa de Integridade e as políticas da Caesb.
- 18.18 A contratada deverá cumprir a legislação específica sobre Segurança e Medicina do Trabalho, conforme exigido pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e estabelecido nos termos da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e o Manual da Caesb MN.SST-001 - Manual de Saúde e Segurança do Trabalho - Empresas Contratadas; assim como o atendimento das leis ambientais que regem a matéria sobre áreas afetadas, produtos e serviços envolvidos na execução da obra contratada e os relativos às exigências/condicionantes e restrições constantes na licença de instalação, que deverão ser rigorosamente observados e cumpridos pela contratada.



- 18.19 Todos os documentos emitidos pela empresa licitante deverão estar assinados pelo representante legal da empresa.
- 18.20 Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos aqui contidos deverão ser resolvidas pela fiscalização da Caesb, a seu inteiro critério.
- 18.21 Foro.
- 18.21.1 A interpretação e a aplicação dos termos do contrato, decorrente deste Edital, serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Brasília – Distrito Federal terá competência para decidir sobre qualquer controvérsia decorrente do contrato, renunciando as partes desde já, a qualquer outro foro por mais privilegiado que o seja.
- 18.22 A contratada deverá facilitar a fiscalização dos trabalhos a ser exercida pela Caesb e seus prepostos.
- 18.23 O resultado do julgamento da presente licitação para conhecimento das interessadas será divulgado na forma do RILC.
- 18.24 Integram este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I: MODELO 01 – CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES  
ANEXO II: MODELO 02 – CARTA PROPOSTA DE PREÇOS  
ANEXO III: DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE  
ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE EQUIDADE SALARIAL  
ANEXO V: MINUTA DE CONTRATO  
ANEXO VI: MANUAL DO MÓDULO PETICIONAMENTO WEB CAESB  
ANEXO VII: ARQUIVO PADRÃO (PARA UPLOAD) PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS  
ANEXO VIII: TermoReferência\_LF1803723\_CONTRATACAO\_AGENCIA\_PUBLICIDADE  
ANEXO IX: ANEXO\_I\_TR-Briefing  
ANEXO X: PASTA Manual\_Segurança\_EMPRESAS\_CONTRATADAS

- 18.25 A licitante deverá fazer o download dos documentos listados acima por meio do site da Caesb, conforme instruções abaixo:

1. Acesse o site: [www.caesb.df.gov.br](http://www.caesb.df.gov.br)
2. No link “Licitações”, clicar em *Modalidades*;
3. Em Concorrência Eletrônica, no ícone *Selecione*, clique em *Em Andamento*;
4. Em seguida, clique na licitação desejada “**COE /2023-CAESB**”;
5. Na página, acesse os arquivos anexos.

**Observações:**

- a) Utilizar preferencialmente o navegador/browser Google Chrome.
- b) Para acesso aos arquivos, serão necessários, no mínimo, programas para leitura de arquivos do tipo PDF e descompactador de arquivos (exemplo: WinZip ou WinRar).
- c) Em caso de dúvida, entrar em contato por meio do telefone (61) 3213-7122.

Brasília, 29 de agosto de 2023.

CAESB – Assessoria de Licitações – PRL  
Gerência de Preparação de Editais – PRLP

THIAGO REGIS VASCONCELOS  
Gerente

**Anexo I - MODELO 01 – CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES**

(local e data)

À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: Concorrência Eletrônica COE \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - CAESB

**CREDENCIAMENTO**

Prezados senhores,

Na qualidade de responsável legal desta empresa, credenciamos o(s) Sr(es). \_\_\_\_\_, portador(es) da(s) carteira(s) de identidade nº<sup>(os)</sup> \_\_\_\_\_, para nos representar(em) na licitação em referência, conferindo ao(s) mesmo(s) ilimitados poderes para assinar(em) quaisquer documentos relacionados com a referida licitação, inclusive desistência de interposição de recurso.

**DADOS PARA ELABORAÇÃO DO EVENTUAL CONTRATO**

Da empresa sede ou matriz

Empresa: \_\_\_\_\_.

Endereço completo: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP).

CNPJ nº: \_\_\_\_\_.

Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_.

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

E-mail: \_\_\_\_\_.

Contato: Sr. \_\_\_\_\_ (cargo \_\_\_\_\_).

(Caso a empresa tenha filial ou representante no Distrito Federal preencher os dados conforme modelo da sede ou matriz. Caso não tenha filial ou representante no DF, declarar textualmente).

Do responsável pela assinatura do contrato:

Nome: \_\_\_\_\_.

Endereço: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP).

Filiação: \_\_\_\_\_.

Nacionalidade: \_\_\_\_\_.

Estado civil: \_\_\_\_\_.

Profissão: \_\_\_\_\_.

Residência e domicílio: \_\_\_\_\_.

Carteira de identidade (número, órgão expedidor, data de expedição e Estado): \_\_\_\_\_.

CPF nº: \_\_\_\_\_.

E-mail: \_\_\_\_\_.

Cargo na empresa: \_\_\_\_\_.

**DECLARAÇÕES CONJUNTAS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu responsável legal, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara:

**Declaração de Empregador Pessoa Jurídica**

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze, na condição de aprendiz ( ).

**Declaração para os fins do Decreto 39.860/2019**

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no artigo 44 da Lei nº 13.303/2016, e no artigo 1º do Decreto nº 39.860/2019 do Governo do Distrito Federal.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

**Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.**

Cargo - nome da empresa licitante

**Anexo II - MODELO 02 – CARTA PROPOSTA DE PREÇOS**

(local e data)

À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

Objeto: \_\_\_\_\_.

Ref.: **Concorrência Eletrônica COE** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - **CAESB**

Prezados senhores,

Submetemos à apreciação de vossas senhorias, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

Declaramos concordar com os termos do Edital referente a esta licitação e que esta empresa acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pela Caesb quanto à qualificação apenas das licitantes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executarem os serviços previstos, tudo de acordo com a CEL.

Declaramos que, na vigência do contrato, adotaremos os seguintes preços para os serviços descritos:

- a) Desconto, a ser concedido ao Contratante, sobre os custos internos dos serviços executados por esta licitante, baseados na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal: \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_ por cento);
- b) Honorários, a serem cobrados do Contratante, incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato: \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_ por cento);
- c) Honorários, a serem cobrados do Contratante, incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias: \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_ por cento);
- d) Honorários, a serem cobrados do Contratante, incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não proporcione a esta licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965: \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_ por cento).

Estamos cientes e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais.

Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e a veículos de comunicação e de divulgação, transferindo à Caesb, as vantagens obtidas.

Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de serviços especializados e aos veículos de comunicação e de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo da Caesb.

Estamos cientes de que a Caesb, procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

Esta Proposta de Preço está sendo apresentada em conformidade com o Edital desta licitação.

O prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 10.5 do Edital.

Anexo segue Declaração para os fins do Decreto 39.860/2019, conforme previsto no Edital.

Acompanham a nossa Proposta de Preços os documentos previstos no edital, bem como todos os demais julgados oportunos para a perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da Caesb.

Na execução dos serviços observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Caesb, assumindo, desde já, integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas.

Declaramos nos sujeitar, inteira e plenamente, às condições do Edital e dos seus anexos e que celebraremos o termo de contrato, caso nos seja adjudicado o objeto desta licitação.

Atenciosamente,

**Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.**

Cargo - nome da empresa licitante

### **Anexo III - DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

#### **Declaração da existência do programa de integridade na empresa contratada em cumprimento da Lei 6.112/2018**

Declaramos, para os devidos fins:

- a) Que possuímos o Programa de Integridade implantado em nossa empresa. Apresentamos, em anexo, relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa, de acordo com o artigo 7º da Lei 6.112/2018 e nos termos do Decreto 40.388/2020;
- b) Que estamos cientes que o descumprimento da obrigação de implementação e execução efetiva do Programa de Integridade sujeitará à aplicação da penalidade de multa equivalente a 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, conforme estabelece o artigo 8º da Lei 6.112/2018.
- c) Que estamos cientes que a comprovação da existência do Programa pode abranger a apresentação de documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital;
- d) Que nos comprometemos a observar as regras anticorrupção previstas na Lei 12.846/2013 e no Código Penal, no que tange aos crimes contra a Administração Pública;
- e) Que promovemos (ou promoveremos) capacitação a todos os empregados, administradores e dirigentes, independentemente do cargo ou função exercida sobre os padrões de conduta, código de ética e políticas e procedimentos de integridade, estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- f) Que assumimos o compromisso de efetivar um Programa de Integridade completo e efetivo.

Atenciosamente,

**Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.**

Cargo - nome da empresa licitante



**Anexo IV - DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE EQUIDADE SALARIAL**

**Declaração de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres na empresa contratada em cumprimento da Lei 6.679/2020.**

(Local e data)

À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

Objeto: \_\_\_\_\_.

**Ref.: Concorrência Eletrônica COE \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - CAESB**

Empresa licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Distrital nº: \_\_\_\_\_

Declaramos conhecimento sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres, que dispõe a Lei 6.679, de 24 de setembro de 2020, e que encaminharemos a documentação comprobatória no prazo estabelecido em lei.

Esta declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Atenciosamente,

**Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.**

Cargo - nome da empresa licitante

**Anexo V - MINUTA DE CONTRATO**

## Anexo VI - MANUAL DO MÓDULO PETICIONAMENTO WEB CAESB

# PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS